

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 598.157 - PR (2014/0265559-7)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : MENDONÇA INDÚSTRIA DE LAJES LTDA - MICROEMPRESA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : ÁLVARO MANOEL FURLAN - PR011285
VOLNIR CARDOSO ARAGAO E OUTRO(S) - RS028906
INTERES. : D F M IND E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA -
MICROEMPRESA
INTERES. : DEJAIR ZUCOLOTO DE MENDONCA

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MENDONÇA INDÚSTRIA DE LAJES LTDA - MICROEMPRESA em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - RECONHECIMENTO DE SUCESSÃO ENTRE EMPRESAS - DEFERIMENTO DA INCLUSÃO DA EMPRESA SUCESSORA NO POLO PASSIVO DA EXECUÇÃO. DECISÃO ASSENTADA NOS ELEMENTOS COGNITIVOS DOS AUTOS. NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO RECURSO. AGRAVO - INSUFICIENTE COMBATE AOS FUNDAMENTOS DECISÓRIOS. PREQUESTIONAMENTO. Agravo improvido." (fl. 533)

Nas razões do recurso especial, a ora agravante aponta violação ao art. 133 do Código Tributário Nacional, sustentando, em síntese, que o Tribunal de origem não poderia ter aplicado à execução cível normas relativas à execução fiscal, no tocante ao instituto da sucessão de empresas.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 594).

É o relatório.

Após a certificação nos autos da inexistência de advogado constituído pela parte agravante, esta relatoria (fl. 631) determinou a intimação da empresa para regularizar sua representação no prazo de 10 (dez dias).

Superior Tribunal de Justiça

A parte, no entanto, não se manifestou, dando causa, com isso, ao não conhecimento do recurso, na forma do art. 76, § 2º, I, do CPC/73, cujo teor se destaca:

"Art. 76. Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.

(..)

§ 2º Descumprida a determinação em fase recursal perante tribunal de justiça, tribunal regional federal ou tribunal superior, o relator:

I - não conhecerá do recurso, se a providência couber ao recorrente;

II - determinará o desentranhamento das contrarrazões, se a providência couber ao recorrido."

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, não conheço do agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator